

Assembleia Legislativa do Estado do Acre Legisla-e

LEI ORDINÁRIA Nº 4650, DE 22 DE SETEMBRO 2025

Altera a Lei nº 1.688, de 8 de dezembro de 2005, que cria o Instituto de Previdência do Estado do Acre - ACREPREVIDÊNCIA, para dispor sobre a composição e o funcionamento de seus órgãos colegiados.

Data de Criação

Data de Publicação

22/09/2025

30/09/2025

Diário de Publicação

Publicado no Diário Oficial do Estado do Acre Extra (DOE-Extra) nº 14.117-A, de 30 /09/2025

Origem

Tipo

Governo do Estado do Acre

Lei Ordinária

Temática

Autoria

Alteração de Artigos

Poder Executivo

ACREPREVIDÊNCIA

Altera

Alterada por

Lei Ordinária Nº 1688/Não publicada

Sem Alterações

Texto da Lei

LEI Nº 4.650, DE 22 DE SETEMBRO DE 2025

Altera a Lei nº 1.688, de 8 de dezembro de 2005, que cria o Instituto de Previdência do Estado do Acre - ACREPREVIDÊNCIA, para dispor sobre a composição e o funcionamento de seus órgãos colegiados.

O GOVERNADOR DO ESTADO DO ACRE

FAÇO SABER que a Assembleia Legislativa do Estado do Acre decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

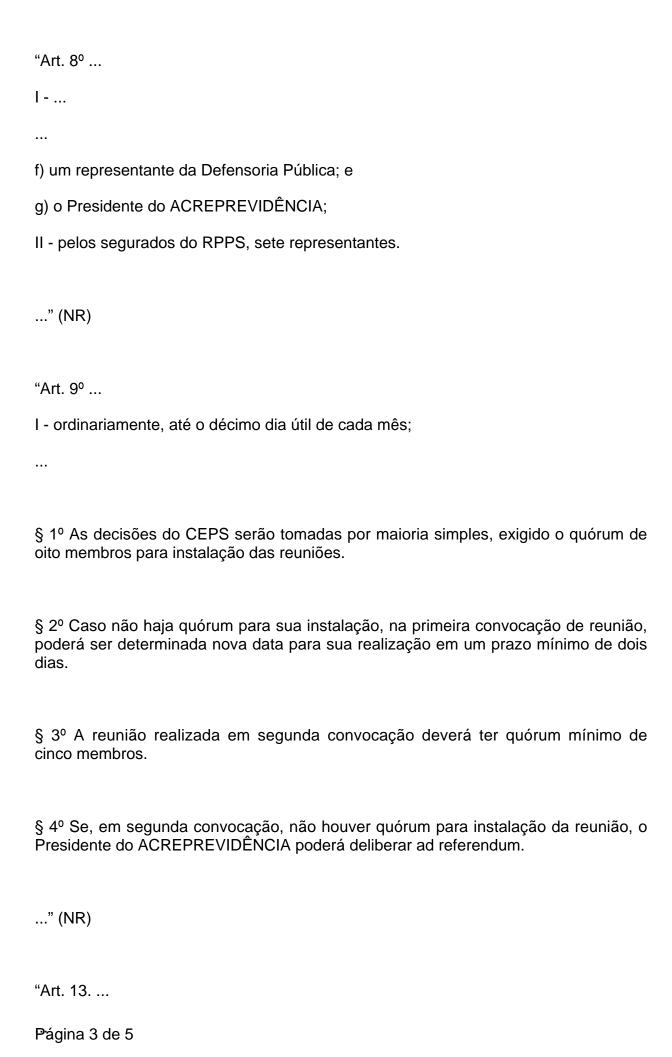
Art. 1º A Lei nº 1.688, de 8 de dezembro de 2005, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 4º ...

...

- § 1º Os membros do CEPS e do Conselho Fiscal perceberão, por reunião de caráter deliberativo a que efetivamente comparecerem, indenização paga sob a forma de jetons, correspondente aos seguintes percentuais da remuneração do Presidente do ACREPREVIDÊNCIA:
- I cinco por cento, para os membros com certificação de nível básico;
- II dez por cento, para os membros com certificação de nível intermediário;
- III quinze por cento, para os membros com certificação de nível avançado.
- § 2º Os jetons serão pagos, exclusivamente, em razão da efetiva participação em reuniões ordinárias, considerando-se não remuneradas as reuniões extraordinárias.

..." (NR) Página 2 de 5



§ 4º As reuniões ordinárias do Conselho Fiscal ocorrerão até o quinto dia útil de cada mês." (NR)
"Art. 13-A
§ 1°
II - por quatro membros, servidores públicos estaduais, sendo que, pelo menos dois, mantenham vínculo com o RPPS, na qualidade de servidor ocupante de cargo efetivo na administração pública direta e indireta, do Poder Executivo, do Poder Legislativo, do Poder Judiciário, do Ministério Público, do Tribunal de Contas ou da Defensoria Pública.
§ 7º Os membros do Comitê de Investimentos perceberão, por reunião de caráter deliberativo a que efetivamente comparecerem, indenização paga sob a forma de jetons, correspondente aos seguintes percentuais da remuneração do Presidente do ACREPREVIDÊNCIA:
I - cinco por cento, para os membros com certificação profissional de nível básico;
II - dez por cento, para os membros com certificação profissional de nível intermediário;
III - quinze por cento, para os membros com certificação profissional de nível avançado." (NR)
Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.
Rio Branco - Acre, 22 de setembro de 2025, 137º da República, 123º do Tratado de Petrópolis e 64º do Estado do Acre.

Gladson de Lima Camelí

Governador do Estado do Acre